



## **Mídia e conhecimento: objetos em torno do conceito de dispositivo<sup>1</sup>**

Jairo Ferreira<sup>2</sup>

**RESUMO:** O conceito de dispositivo abrange as mediações situacional e tecnológica e também os aspectos discursivos, normativos, simbólicos, funcionais e referenciais que incidem nas interações, no tempo e espaço, propiciadas pela conexão de suportes tecnológicos. O termo terá, na comunicação, diversas acepções que procuramos revisar, buscando, assim, desnaturalizar o conceito de tecnologia e situar um campo de reflexão, problemática e proposições em que inserimos nossa compreensão sobre a produção de sentido e conhecimento em processos midiáticos. Em nossa perspectiva, entretanto, as possibilidades de produção do saber em dispositivos condicionam e são condicionadas pelos processos macrossociais.

Palavras-chave: mídia, conhecimento e tecnologia.

### ***1 Dispositivos de comunicação e aprendizagem***

O conceito de dispositivo abrange as mediações situacional e tecnológica (termos utilizados na teoria da recepção, Gomes e Cogo, 1998) e também os aspectos discursivos, normativos, simbólicos, funcionais e referenciais que incidem nas interações, no tempo e espaço, propiciadas pela conexão de suportes tecnológicos. O termo terá, na comunicação, diversas acepções que procuramos revisar, buscando, assim, desnaturalizar o conceito de tecnologia e situar um campo de reflexão, problemática e proposições em que inserimos nossa compreensão sobre a produção de sentido e conhecimento em processos midiáticos.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP11 – Núcleo de Pesquisa Comunicação Educativa, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.

<sup>2</sup> Professor Dr. Centro de Ciências da Comunicação. Unisinos. E-mail: ferreira@netu.unisinos.br



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Jacques Aumont vai caracterizar o dispositivo em torno dos “meios e técnicas, seu modo de circulação e eventualmente de reprodução, os lugares onde eles estão acessíveis e os suportes que servem para *difundi-los*” (Aumont, 1995: 135). Nesse sentido, o museu, o cinema, a televisão são dispositivos. O limite desse conceito é a ausência de destaque nas transformações que implicam as trocas em dispositivo, o que será reconhecido, entretanto, nas análises e observações que esse autor faz sobre a imagem em dispositivos.

Essa formulação funcional aparece também no jornalismo. Mouillaud (apud Mielniczuk, 2000) afirma que os dispositivos jornalísticos são lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem (necessariamente) os textos ( linguagem icônica, sonora, gestual etc...). O dispositivo tem uma forma que é sua especificidade, em particular, um modo de estruturação do espaço e do tempo. O dispositivo é também uma ‘matriz’ que impõe suas formas aos textos (Exemplo: uma conversaçã ‘informal’ se inscreve nas formas da conversaçã, como variante de um paradigma). Esse autor fala ainda da conexão entre vários dispositivos, o lugar institucional onde existem e, “considerados do ponto de vista genético, o dispositivo e o texto se precedem e determinam-se de maneira alternada (o dispositivo pode aparecer como uma sedimentaçã do texto, e o texto, como uma variante do dispositivo, por exemplo, um número do jornal diário e sua coleçã)” (Mouillaud, 1997, p. 35, apud Mielniczuk, 2000). Maingueneau (2001) também é um dos autores que utiliza o conceito.

Esse autor afirma:

“Quando tratamos do mídiu de um gênero de discurso, não basta levar em conta seu suporte material no sentido estrito (oral, escrito, manuscrito, televisivo etc.)... é necessário partir de um dispositivo comunicacional que integre logo de saída o mídiu. O modo de transporte e de recepçã do enunciado **condiciona** a própria constituiçã do texto, **modela** o gênero de discurso (Maingueneau, 2001: 72. Grifo nosso).



Esses conceitos, ainda funcionais, nos informam dois momentos sobre o que queremos acentuar. Um crítico, à redução do dispositivo a intermediário entre dois sujeitos. Outro positivo, de reconhecimento de que a análise da produção de sentido que desconheça o dispositivo pode creditar à linguagem processos e produtos típicos de outros aspectos do dispositivo. Isso é, o valor do conceito de dispositivo é compreender a produção do sentido não mais a partir do suporte tecnologia ou linguagem, mas de um conjunto de relações práticas, discursivas e tecnológicas. Na comunicação, essa formulação deve seu valor a Verón, que situa o dispositivo como lugar de enunciação (Veron apud Meunier, 1999: 86).

Mas podemos enxergá-los atravessados por discursos e práticas socialmente constituídas (num sentido inaugurado por Foucault: numa determinada situação, como dizer? o que dizer? como se comportar? como produzir indícios? imagens? etc.). É, nesse sentido, que a idéia de dispositivos também vai ser utilizada na educação. Inspirada em Foucault, Chartier (1999) sugere a análise de uma sala de aula como um dispositivo, na medida em que mobiliza uma realidade heterogênea que coloca em jogo uma variedade de objetos, discursos, práticas etc. Ela afirma que esses dispositivos autônomos, surgidos da prática social, incluindo, aqui, a invenção por essas mesmas práticas, agregaram mais à história da educação que as idéias célebres. A perspectiva da sala de aula presencial como dispositivo aparece também em Diaz (apud Silva, 1998).

## ***2 Interação: produção, recepção e sociedade***

Na perspectiva dos processos de significação, Verhaegen (2001) destaca que a relação dos sujeitos com os objetos são variáveis conforme as significações já adquiridas em outros espaços de práticas com os mesmos, ou de ausência dessas práticas. Aqui, vale a questão do conhecimento. A relação dos sujeitos com os dispositivos será diferenciada conforme as formas de conhecimento que portam os sujeitos que com ele interagem. Em nossa perspectiva, a dificuldade estabelecida nessa formulação está na ausência de diferenciação entre sujeito e práxis social, compreendendo essa como microinterações ocorridas no espaço do dispositivo e o vínculo dessa com as macroestruturas de significação e conhecimento (os campos sociais).



Já Thomas (1999) defende a idéia de que o dispositivo, como um documento, precisa também ser rebatido às formas situadas pela sua recepção, mas principalmente às interações entre os dois movimentos (produção e recepção). O conhecimento do receptor, diz o autor, pode ser “global”, mas também ser refinado por particularidades (ver um telejornal não implica a mesma postura existente frente a uma telenovela, p.e.). Essa postura cognitiva a priori pode se constituir num freio ao deslocamento do uso de mídias de seus espaços específicos de construção. Assim, quando se delega à televisão um modelo escolar de ensino, a postura cognitiva a priori, frente à televisão, se constitui num freio. Trata-se, portanto, de trabalhar em torno da própria postura cognitiva frente à mídia.

Conforme o autor, o receptor oferece um nível de resistência ao documento, conscientemente ou não. Essa resistência poderá variar conforme diversos aspectos (dificuldades temáticas, semiológicas, discursivas etc...). Por outro lado, ele poderá orientar, modular e inclinar o processo receptivo a determinadas formas. Baseado em Gérard Lebranc, o autor afirma que os documentos narrativos têm uma capacidade mais forte de induzir uma diminuição do esforço de aprendizagem em ambientes de trabalho. Se o receptor não admite a estrutura do documento, poderá manifestar a discordância (consciente ou não) através de vários caminhos: rejeitar o mesmo ou colocar em xeque sua competência em interagir com o documento em questão. O receptor se exclui aqui como receptor, na medida em que não se considera implicado na interação. Por outro lado, quanto mais crítico o receptor, mais ele colocará em xeque o valor semiopragmático do documento.

Também no tema da significação e produção de sentido, Weissberg (1999) relaciona o dispositivo ao que chama de “sistema de crenças”. Nos dispositivos digitais, há um deslocamento para a noção de experimentação, “por oposição ao regime de crença convocado pela transmissão audiovisual” (Weissberg, 1999: 169). A imagem de fatos passados (foto, televisão, cinema) é ultrapassada pela experimentação direta da informação, pela via da simulação de modelos. O regime audiovisual é atualmente questionado, rompendo-se “*o pacto de conformidade que até o presente ligava o registro e a coisa registrada*” (p. 170). Conforme o autor, nossa confiança na imagem deixa de depender de “uma implicação não simplesmente audiovisual”, e passa a abranger também o sensível, tátil e corporal” (171). Sob esse enfoque, o acontecimento é colocado em



maquetes que simulam o seu desenvolvimento, de forma articulada e retórica. O reconhecimento da verdade é filtrado por essas simulações. A própria verdade é desnaturalizada, relativizando as formas de verificação e demonstração anteriores.

O autor considera, ainda, que esse processo é social, assim como a legitimidade da televisão, também decorrente do sentimento comunitário, que nutre a sua demanda. Mas o sistema de crença não é algo construído apenas no espaço das microinterações ocorridas no dispositivo. Às crenças se articulam fatores tais como disponibilidade tecnológica, instituições e orientação cultural para construção do regime de crença. “Entrar na orquestra”, como diz Bounoux (Ver Introdução a Ciências da Comunicação, Edusc, 1999), mais como desejo de pertencer do que como exercício intelectual. Se a função comunitária continua a agir, as funções referenciais e persuasivas são restringidas pela força de outros regimes de crença baseados em práticas sociotécnicas da experimentação. São essas práticas que geram uma demanda, um consumo, integrados às formas de interações com os sistemas de experimentação emergentes socialmente.

## **2.1 Intermédio ou emergência?**

Meunier (1999) afirma que, na comunicação, Baudry, em 1975, faz a análise do cinema, colocando o acento sobre o conceito de técnica, mais especificamente sobre a relação entre técnica e o aspecto simbólico no cinema. O dispositivo cinematográfico - que compreende o aparelho de projeção, écran, sala escura, imobilidade do espectador, imagens com movimento - se efetiva como uma máquina de regressão, em que os limites do corpo e o exterior não são precisos:

“O mais importante - diz Meunier (p. 86) - (é que) o dispositivo técnico não é qualquer coisa que se situa entre os sujeitos comunicantes, mas qualquer coisa onde eles entram e que modificam sua relação com o real sob efeito do desejo... A pintura, o teatro, o cinema... todas as manifestações dessa ordem são dispositivos técnicos que produzem - segundo, é certo, graus diferentes e modalidades variáveis - um mesmo efeito: colocar o sujeito numa relação ao real na qual se conjuguem a força da perspectiva e a adesão ao percebido”.

De um lado, diz o autor, as máquinas que visam à construção da ilusão; de outro, as que visam a superar a ilusão, mas utilizando a distância da própria realidade. O autor destaca várias



possibilidades de conexão entre teorias da comunicação e o conceito de dispositivo. Nesse sentido, acentua a proposição de Véron, por seu papel de criação analítica, sobre o dispositivo televisão. Esse dispositivo, mais do que se interpor entre as pessoas, cria entre elas um contato interpessoal e fusional. Essa mesma perspectiva vai aparecer em *Bougnoux (La communication contre l'information. Paris: Hachette, 1995)*: o dispositivo como um arranjo espacial e semiótico. Uma conferência, por exemplo, conforme Meunier visa a uma distribuição espacial, ao uso de uma retórica na qual o objetivo é “induzir ao mesmo tempo ao consenso fusional dos receptores e ao centramento sobre o orador (Etc. ). Não se reduz a ser um intermediário entre dois. Além disso, os dispositivos, de fato, não são isoláveis. Eles se encadeiam uns com os outros, constituindo uma vasta rede no interior da qual se encontram situados” (p. 88).

Sob esse aspecto, na análise dos dispositivos, é fundamental compreender o que emerge de sua singularidade, seguindo, aqui, a idéia de emergência acentuada por Berten (1999). Este propõe, junto com a idéia de que o dispositivo não é um intermediário, uma segunda ruptura conceitual: a de que o dispositivo não é nem o simbólico, nem o técnico, mas o que surge entre ambos - os objetos emergentes. O caminho de construção dos objetos emergentes não é linear, ascendente, constante ou variável, mas marcado por rupturas, inibições, repetições, falhas na comunicação.

Peeters e Charlier (1999), Nel (1999), e Hert (1999b) também partem de uma diferenciação em relação ao conceito em Foucault, para quem o dispositivo é compreendido em sua negatividade, como instrumento de controle e de poder. Peeters e Charlier (1999) referenciam-se em Michel de Certeau com sua observação de que Foucault destacou “certos dispositivos técnicos” (como os *dispositifs de surveillance, dispositifs de discipline*), que organizariam a sociedade. Além desses, entretanto, existiriam outros. Entre os outros, estão as abordagens que compreendem o dispositivo como uma estrutura (o seu caráter homogêneo) ou como um rizoma (a complexidade, a indiferenciação e o caos). Hert (1999) é outro autor que critica o panóptico de Foucault, para quem o dispositivo é um organizador de **discursos e espaços**, no sentido de tecnologias disciplinares e de observação contemporâneas. O autor critica essa perspectiva na medida em que remete a uma “só categoria” de dispositivos (do controle, da vigilância, do poder). O autor também recorre a Michel de Certeau para se referir a outros dispositivos, que não possuem lugar próprio, tais como táticas dos



consumidores, vagabundagens etc., que indicam que “o indivíduo não é totalmente prisioneiro do dispositivo que lhe pega, ou dentro do qual ele está preso”. Nel (1999) aplica essa questão na análise da televisão, em que a emergência de fatores diversos de significação, desregulamentação etc. não permitem pensá-la como estrutura. Trata-se de dois movimentos:

“No interior: a emergência de fatores de diversificação, desregulamentação e desnormatização. No campo do pensamento, uma focalização menos forte sobre as estruturas e uma concepção diferente da complexidade dos fenômenos” (p. 122).

Para Peeters e Charlier (1999), o deslocamento sobre os dispositivos permite pensá-los não mais como *instrumentalização e alienação*”, mas como forma simbólica da freqüentação, da experiência afetiva e corporal, em vista do jogo. Como técnica, refere-se a sua constituição na busca de eficácia, de otimização das condições de realização, e está, portanto, soldada ao conceito de estratégia. Porém, mesmo quando integrado ao conceito de “instrumentalidade”, modifica-se em relação a Foucault. “*Ele resta menos panóptico, e mais pragmático e interacionista*”, na medida em que recorre a “*novos meios de ação, notadamente à delegação e descentralização*”, incluindo os níveis cognitivos e morais da ação. Os novos dispositivos, nesse sentido, permitem a ultrapassagem das formas coercitivas de interações sociais.

Já, os dispositivos visando a que os sujeitos aprendam por si mesmos são constituídos em torno da colocação em funcionamento de instrumentos que permitem a máxima autonomia de seus usuários. Aqui, o instrumento se associa à busca da autonomia máxima. A sugestão repetida em vários momentos pelos autores é a de que as interações entre sujeito e objeto devem ser compreendidas em sua interdependência, e, portanto, não-dualidade. O sujeito receptor passa, aqui, a ser o foco na concepção do dispositivo, na medida em que se trata de fornecer instrumentos a sua intencionalidade. Daí, surge um novo equilíbrio entre os aspectos da produção e recepção. Afirmam que o dispositivo deve propiciar a autopilotagem, não como um fim em si, mas como um meio de procedimentos através do qual os sujeitos possam atualizar potencialidades.



Esses autores defendem a tese segundo a qual o dispositivo é um espaço onde é possível pensar uma nova articulação entre o indivíduo e o coletivo. Em primeiro lugar no que se refere à normatividade. Essa, na época atual, se encontra no espaço do plural. Isso implica duas tendências sociais contemporâneas. Primeiro, a dificuldade de esperar um comportamento homogêneo dos indivíduos. Outra, a dificuldade de decifrar a norma que poderá regular essa diversidade. O dispositivo deve ser aberto a essa flutuação normativa. Esse processo é indissociável da identidade compreendida como individualização, de exigência de realização de si, de autenticidade. Nesse sentido, o dispositivo pode ser compreendido como uma fábrica de individualidade.

Pelo contrário, uma abordagem conciliadora, que denega as tensões entre os contrários presentes no dispositivo, pode conduzir a uma absorção dos dispositivos naquilo que esses possuem de mortífero, entrópico, de esconder as distorções, asfixiante. No que tange a esse aspecto, o conceito interacionista, entre dois, refere-se não ao apagar das diferenças entre os pólos constituintes de suas relações, mas sim, às relações constituintes e constitutivas que se desenvolvem entre eles. Para superar as abordagens ideológicas, é necessário analisar, refletir e decifrar essas relações.

## **2.2 Dispositivos possíveis**

Mesmo considerando que a significação é mais ampla e complexa do que o simbólico, as análises de Berten (1999) têm outras contribuições importantes. Ele destaca que, para Foucault, as relações entre saber e poder, a dispersão do poder em uma multiplicidade de dispositivos e a produção da individualidade pelas técnicas de exame e estatística (ver Tecnologias do Eu) estão associadas a uma profunda desconfiança em relação à técnica e à racionalidade que se expressa em seu conceito de dispositivo. Entretanto, diz o autor, o equívoco está em resumir as possibilidades do dispositivo às intenções e estratégias daqueles que o construíram. Nesse sentido, a alternativa não é inventar dispositivos de resistência e de defesa, na medida em que a norma que o funda arma-se de poder, ou utiliza-se do saber como contrapoder, e como todo o saber e poder implicam em normalização, o resultado é sempre o avanço dessa. A resistência, nesse caso, está naquilo que, investido de um dispositivo como saber, está além da normalização; uma parte deste saber é



disponível aos indivíduos, e, nesse sentido, é condição de existência (como obra de arte, ou como ‘arte de existência’, de Foucault).

O autor destaca que a crítica à técnica está vinculada à oposição entre externo e interno, objetivo e subjetivo. Portanto, a inflexão é o trânsito dos dispositivos impessoais, objetivos, exteriores aos sujeitos, aos dispositivos subjetivos, conscientes e voluntários. O dispositivo existe onde nasce o singular. Cita Belin, para destacar que essa formulação vai aparecer na crítica a todos os dispositivos de isolamento dos indivíduos, em contraposição às interações sociais possíveis através da linguagem, concebida como natural. Entretanto, o autor destaca a crítica de Foucault ao discurso, entendido não como ideologia, mas como tecnologia de poder. Trata-se, aqui, de uma técnica simbólica, alienante e ‘anulante’ do poder emancipador da liberdade de expressão. Há, aqui, como em outras tecnologias de poder, um jogo do que deve ser dito, o que deve ser silenciado, o que deve ser lembrado e esquecido, escondido e mostrado, pensado e não-pensado.

Sob essa ótica, a dicotomia simbólico e técnica não dá conta de processos como o citado acima. Pelo contrário, toda a técnica contém um lado simbólico, e todo o simbólico, uma técnica (não só no sentido de um instrumento visível, material, físico). É, nesse sentido, que - conforme o autor - a divisão clássica do materialismo marxista tomba, já que está fundamentada em uma divisão entre tecnologia, forças produtivas, relações sociais e simbolismo. O responsável por esse tombar são as tecnologias contemporâneas, nas quais o simbólico e o técnico estão imbricados. Isso não impede de compreender a dialética entre dispositivo e relações sociais em seu interior, desde que parta da idéia de que não há um saber pronto a ser transmitido, mas sim, sempre uma interação da qual emergem saberes. Por isso, os equívocos das teorias matemáticas da comunicação (crença numa comunicação transparente), de ensino programado, sistemas especialistas, seringa hipodérmica etc.

Adaptar-se aos dispositivos é compreender, diz ele, que não é possível um retorno nostálgico à natureza da comunicação (um “rêve fusionnel”). Pelo contrário, a construção do conhecimento implica ser estrangeiro, mediatizar, reconstruir o espaço entre dois, que não correspondem às condições da imediaticidade face a face. A sociologia do trabalho pensou a alienação como decorrente da dissociação homem-homem. Mas o fato é, segundo ele, que o ambiente é já tecnológico, não mais natural. Uma semiologia fundada pela bricolagem das ferramentas de



linguagem disponíveis na sociedade enquanto tesouro, que será modelada conforme a criatividade do “bricoleur”, é uma emergência que deve caracterizar um dispositivo de bem-querer. Essa dimensão só é desenvolvida na medida em que exista uma dimensão estética, uma arte de existência em movimento.

### **3 *Nosso mapa dos dispositivos***

Verhaegen (1999) nos indica, como já notamos, a dialética entre representações mentais, materiais e a práxis social para compreendermos os dispositivos de comunicação e formação. Esse ordenamento da compreensão situa um foco para a análise da significação que não tomba frente ao heterogêneo. É necessário construir essa dialética passo a passo, o que procuramos fazer a partir da epistemologia e metodologia de análise das interações discursivas que sugerimos na primeira parte deste artigo.

Nossas análises confirmam a hibridez das ordens discursivas (Thomas) em sintonia com os dispositivos de comunicação. Também a enunciação e a retórica se transformam (exemplo: a transformação da retórica política com a mudança dos dispositivos “comício” para o dispositivo “televisão”). Nesse sentido, os discursos são híbridos, considerando que suas fontes se encontram em dispositivos anteriores.

Outra discussão situada por Thomas refere-se à negociação do documento. Numa lista de discussão, as relações entre produção e recepção se transformam. A negociação do sentido condiciona as possibilidades de produção e recepção e da própria existência (enquanto lugar de visita) do dispositivo. Ao mesmo tempo, produção e recepção ocorrem em tempo real (considerando-se a temporalidade de outros dispositivos como a televisão, o livro, o rádio etc.). Isso situa as listas de discussão (parte do dispositivo digital) num quadro próximo ao das trocas orais, confirmando a tese de Hert (1999a), segundo a qual as trocas em correio eletrônico se aproximam da oralidade, e que isso coloca problemas específicos para a construção do conhecimento científico em listas de discussão, fóruns, chats etc.

Assim, a força do aspecto negociação do sentido das listas pode explicar sua instabilidade e formas específicas de produção do sentido em listas. Essa característica situa as listas de discussão



como um lugar possível na construção da heterotopia, na medida em nos coloca frente à questão da influência do documento emergente no próprio ato receptivo, ou em que medida o ato receptivo influencia a construção do documento. Essa questão está diretamente vinculada à crítica aos dispositivos de vigilância, controle e poder. Um dispositivo transicional abre-se a novos documentos, é permissivo a novas articulações de poder, condiciona-se às trocas e interações, às cooperações emergentes, descentraliza-se. O documento é aberto e, nesse sentido, é secundário em nossa perspectiva, se essa abertura se faz como narrativa ou argumentação.

A palavra, o texto, e, por conseqüência, o discurso em constituição nas interações, ganha, assim, destaque na análise dos próprios dispositivos. É o lugar onde norma, ilusão, objetividade e funcionamento são perseguidos. Pensaríamos, aqui, nos termos de enclaves de heterotopia no âmbito de dispositivos. Mas nem sempre a palavra terá esse valor. Primeiro porque, como diz Weissberg (1999), o texto é atravessado por sistemas de crenças que orientam os regimes de verdade. Isso é particularmente importante quando se trata de compreender os vínculos entre discurso, conhecimento concreto e prático. A questão é saber em que medida o sistema de crença em constituição nos dispositivos digitais interfere nas ações discursivas. Isso só pode ser verificado inversamente: como as ações de linguagem se articulam com as formas de conhecimento prático e concreto, derivando-se daí um sistema de crença particular, irreduzível aos observáveis em outros dispositivos de comunicação (televisão, rádio, jornal, livro, laboratório etc.)? Esses processos, constituídos como (micro) práxis social, fazem de “enclaves de discursos livres”, novos focos de normatividade temática, simbólica, referencial e funcional? Como se coloca a orquestra em termos do pequeno grupo de interlocutores? E da orquestração do pequeno grupo com as macroestruturas sociais?

No sentido da análise que realizamos, a orquestra é indissociável da idéia de processos emergentes (Meunier, 1999), que demarca a singularidade da lista de discussão considerando as trocas através de atos de linguagem. Exemplo: a lista não é apenas uma tecnologia a serviço de dois sujeitos que querem se comunicar. Ela é um dispositivo que altera as relações entre dois sujeitos. Como dispositivo, abrange elementos técnicos (telefone, acesso à rede, computador, servidor de hospedagem etc.), normativos (tema, regras implícitas e explícitas), discursos etc. Quando se fala em



lista, não nos encontramos apenas com o Outro, mas com todas esses elementos heterogêneos que compõem o dispositivo. Daí, que emergem relações irreduzíveis ao encontro entre dois sujeitos. Entretanto, há um acoplamento de emergências. O que emerge em um dispositivo com listas de discussão, edição de páginas pessoais, edição compartilhada de jornal, não é o mesmo que emerge num dispositivo em que exista apenas a lista de discussão.

Porém, o errático, subjetivo, reflexivo e poético é processo constituinte de estruturas, mesmo que em redes, numa dialética em que o caos se organiza livre de um poder central. Sob esse aspecto, consideramos que as teses de Peters e Charlier (1999) correspondem à dialética que observamos: o dispositivo deve ser aberto à flutuação normativa dos indivíduos, dos pensamentos emergentes, dos processos de significação, construídos nas trocas. O conflito que degenera em crise de estranhamento resulta da rigidez normativa que desconhece o outro em sua singularidade. Mas, ao mesmo tempo, é sua existência como dispositivo que cria novas possibilidades de interação, e, nesse aspecto, é uma fábrica de autopilotagem, de autoconstrução da individualidade nas interações com os outros e com os objetos heterogêneos nela colocados. Aqui, é interessante pensar no conceito de norma fundada nas interações, ou, se quisermos, as interações fundando a própria normatividade. Porém, a idéia do individual, como centro da autonomia<sup>3</sup>, redonda na concepção de Sartre e também de Gorz (1988).

Essa emergência deve ser situada nos processos de significação prática, concreta e discursiva. No caso do dispositivo, a significação é uma decorrência das interações dos sujeitos entre si e com objetos heterogêneos. É, nesse sentido, que desenvolvemos a tese da significação como síntese entre as representações mentais dos sujeitos em interação, as representações materiais (que estudamos, considerando o discurso) e a práxis social (processos de interação e estruturação do saber). Compreendemos, entretanto, que a significação não é apenas um processo simbólico, ao qual possamos contrapor a técnica (como sugere Bert, 1999). A técnica é objeto. O dispositivo é uma composição de objetos heterogêneos que incluem a técnica. A significação desses objetos heterogêneos é também lógica, referencial e funcional. Assim, num dispositivo digital, olhamos para

---

<sup>3</sup> Ver FERREIRA, Jairo. "Sociedade Informática" e educação. Citelli, Adilson (org). *Outras linguagens na escola*. Editora Cortez, São Paulo, 2000a.



um teclado como um objeto que pode ser acionado, apertado, viabilizando o surgimento dessas letras que poderão ser lidas, posteriormente, no papel impresso etc. Tudo isso, é claro, tem um valor simbólico, subjetivo, no sentido de aprovação ou reprovação, de aceitação ou negação. As lógicas implícitas e explícitas, que ordenam nossas interações com esses dispositivos, o seu valor referencial (quais são as provas cruciais que indicam sua existência social válida?) etc., comprovam que a redução ao simbólico é regressiva.

Abstraindo a crítica já feita sobre os limites de uma concepção de significação restrita ao simbólico, consideramos que a contribuição de Bertalanffy aponta para um foco importante na análise dos dispositivos: como os sujeitos criam rupturas com o impessoal, objetivo, exteriores aos sujeitos em direção aos dispositivos subjetivo, consciente e voluntário. Essa possibilidade, em nossa análise, será configurada nas trocas e distribuída conforme as proposições dos sujeitos em interação. O pensamento coletivo vive em torno da contradição entre a significação lógica e simbólica e o conhecimento objetivo e funcional. Daí porque um dispositivo é um lugar de acumulações, de trocas e sinergia que ultrapassam o plano pedagógico e comunicacional, implícito e explícito. Sua idéia de resistência, ultrapassando o dispositivo coloca em xeque a política, o plano e a estratégia, e valoriza o errático, o subjetivo, reflexivo e o poético das construções dos sujeitos em interação.

Essas ponderações sobre a dialética entre norma e criação, indivíduo e coletivo, dispositivo e resistência, caos e estrutura não apagam a crítica aos dispositivos de vigilância, disciplina e poder, nem a existência desses aspectos como processos inerentes a qualquer dispositivo (incluindo os dispositivos clínicos, cognitivos ou psicanalíticos, existentes para propiciar a autonomia do pensamento e a simbólica). Mas, como vimos, a resistência não se resume ao dispositivo. O dispositivo é sempre uma ampliação do saber, do discurso e do poder. A resistência, a singularidade emergem das interações, da subjetividade, da reflexão. A questão, então, pode ser situada como adaptação. As interações são condicionadas pelos processos adaptativos, em que o subjetivo e o objetivo, o simbólico e a norma ingressam numa dialética constituinte de possibilidades de interações.

Se as interações são processos adaptativos inclusive aos dispositivos, vale pensar em objetos heterotópicos ou em espaços transicionais, não-fusionais. Nesses espaços, deve haver um



relaxamento da norma e da instituição, em favor da ilusão e do simbólico. A aprendizagem como jogo tem, nesse relaxamento, um de seus pontos fortes, que permite aos sujeitos, no funcionamento das trocas, conquistar o princípio de realidade (ou seja, a objetividade), níveis de normatividade singulares conforme o coletivo em constituição e as subjetividades circulantes e a eles se acomodar. Podemos, então, falar em dispositivos heterotópicos, de cooperação e construção social.

### 3.1 Elementos funcionais para a análise

A historicidade é coerente com nossas hipóteses, em particular a de que as formas de conhecimento estarão sempre recortadas pelos **dispositivos** nos quais elas são efetivamente construídas, incluindo as condições culturais de uma época, nas quais incidem, transformando, aceitando ou reificando como submissão à força ou projeto próprio. Como o conhecimento tem, no discurso, uma de suas dimensões, é decorrente afirmar que o **discurso** é indissociável do **dispositivo** no qual ele é produzido.

A idéia de que o ato de linguagem se realiza circunscrito a um dispositivo é compartilhada por Charaudeau: “A cada situação de comunicação contratada, vincula-se um dispositivo particular, que constitui as condições materiais *ad hoc*, pelas quais se realiza o contrato, em relação com seus outros componentes, e um quadro de restrições” (1997: 117). O conceito de dispositivo nesse autor abrange um ou mais tipos de materiais de constituição discursiva (a voz, a imagem, o gesto etc.), o suporte (pergaminho, papel, tela de um computador) e a tecnologia. Porém, se virmos o organograma da página 233, dessa obra, contataremos que o dispositivo em Charaudeau fica subordinado ao contrato midiático. É, nesse sentido, que utilizamos algumas de suas idéias (instâncias de produção e recepção divididas em interna e externa), mas considerando que o dispositivo abrange a produção, recepção, finalidades, identidades, tematização, estratégias, discursos e cenários das trocas. Essa configuração é variável conforme o tipo de dispositivo, correlação entre os aspectos de vigilância, controle e poder versus liberdade, autonomia, cooperação, norma e subjetividade, objetividade e subjetividade etc., como abordamos na discussão acima.

Porém, a análise do dispositivo requer, em nossa perspectiva, sua caracterização funcional. Nossa preocupação é convergente com a proposta de Peraya:



“Toda descrição que respeita o modelo proposto não poderá se satisfazer nem de uma descrição global - Web, Internet, televisão etc. - nem particular- a análise estrutural da mensagem dos filmes, por exemplo. Ao contrário, parece-nos essencial primeiramente isolar os diferentes aspectos, as diferentes dimensões estruturando o dispositivo: as formas de representação da informação e dos conhecimentos - no sentido de formas simbólicas e semióticas -, formas de difusão, de apresentação, de produção e recepção das mesmas. Depois em um segundo momento, e em uma perspectiva integrativa, é necessário analisar os efeitos mútuos destes diferentes elementos. A exigência desta discriminação inicial marca, sem nenhuma dúvida, a ordem da metodologia, e não, a da cronologia” (Peraya, 1999 a).

Nosso modelo tem, como referência, a proposta de Peraya (1999<sup>a</sup> e 1999b), agregando elementos presentes em Charaudeau. A primeira formulação do modelo proposto é a seguinte:

Contexto e práticas de produção	- prática de produção individual ou coletiva, institucional ou privada, intenção, objetivo da comunicação, concepções de tecnologias e de seu rolo, discurso técnico dominante, operações técnicas e <i>savoir faire</i> , etc. Conforme Charaudeau (1997: 232), a produção se divide em externa e interna. A externa é empresa, relações com capitais culturais, econômicos e políticos que exercem formas diversas de pressões e demandas na esfera da produção de acontecimentos midiáticos (esse acontecimento pode ser um evento, um saber, um interesse pragmático etc.) O interno se refere ao dispositivo enquanto enunciação, procedimentos, formas de trabalho coletivo, estratégias, temporalidade etc. (Fonte: Charaudeau, 1997: 232)
Canal	vetor físico e/ou técnico de transmissão e de difusão: condutas aéreas, ondas hertzianas, cabo etc. assim como dispositivos anexos de codificação/decodificação.
Suporte de estocagem	suporte material ou lógico que permita conservar a informação: fita magnética, disco ótico, disquete, disco duro etc.
Dispositivo técnico de restituição	suporte material a partir do qual é possível tomar conhecimento da representação: suporte de papel, tela de projeção, tela do computador, alto-falante etc. São objetos técnicos que permitem a restrita restituição, a função <i>display</i> e as operações de visualização e audição da mensagem pelo destinatário.
Modalidades de comunicação	a) formas e graus de interação; b) a comunicação pode ser uni, bi ou multidirecional; pode se desenvolver em tempo real ou em tempo diferenciado, etc., c) os diferentes atributos como a co-presença, o grau de visibilidade e audição dos parceiros, grau de diafonia, simultaneidade das mensagens recebidas etc.
Tipo de representação	forma de representação, de linguagem de signos arbitrários (linguagem verbal, linguagem de formulário matemático) ou de diferentes signos



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

e sistema semiótico	analógicos, fundados sobre uma semelhança (fotografia, gráfico, esquema, etc.)
Gênero de textos e tipos de discursos	organização particular do sistema de representação - da linguagem - determinada pela utilização social e usuários e caracterizada por temáticas, estruturas formais e dispositivos relacionais particulares. Falamos, hoje em dia, de gênero de textos e de tipo de discurso.
Contratos midiáticos	estratégias discursivas; tematização; cenários; intenções; linguagens (Fonte: Charaudeau, 1997: 232).
Contexto e práticas de recepção	lugar de interação social, quadro material, humano, institucional e sociocultural (enciclopédias de interpretação), práticas cotidianas etc. Conforme Charaudeau (1997: 232), a recepção se divide em externa (efetiva) e interna (público-alvo).

A partir dessa formulação, agregamos as categorias colocadas na coluna esquerda em: produção (externa: objeto de estudo sobre os condicionamentos sociais, econômicos e políticos à produção midiática; interna: processos materiais e subjetivos de produção midiática); tecnologia (canal, estoque, suporte e restituição); configuração semio-discursiva (modalidades, linguagem, discurso, estratégias e tematizações); recepção (imaginada e efetiva).

O estudo dos dispositivos é relacional, mas tem o seu foco em uma das instâncias principais (produção, tecnologia, discurso e recepção). Evidentemente que as dimensões anteriores são variáveis dentro do sistema. Assim, as modalidades de comunicação estão intimamente vinculadas ao grau de fechamento e abertura da produção e recepção do **dispositivo**. Uma modalidade de comunicação, pensada nos termos emissão-feedback, tem um grau de abertura inferior a relações em que os agentes receptores podem alterar o banco de dados (bidirecionalidade entre banco de dados e de conhecimento relativamente aos agentes), ou que os agentes podem, em conjunto, definir essas alterações por sistemas de multidirecionais etc. Ou, uma mudança nas concepções pedagógicas de seus autores, orientadas pelo behaviorismo ou construtivismo, implicará diferentes configurações tecnológicas, comunicacionais e condições de recepção.

Ou seja, conforme as concepções tecnológicas que sustentem este dispositivo, teremos modificações no conjunto não menos substanciais (assim, em particular, o uso de tecnologias de páginas dinâmicas, de ferramentas de comunicação uni, bi ou multidirecionais, editores de efeitos performáticos, instrumentos mais simples e mais complexos, de valor econômico pesado ou gratuitos etc.). Poderíamos descrever vários destes processos em que todo esse **dispositivo** é



reconstituído pela transformação de suas partes, ou, inversamente, como essa totalidade condiciona as variações de cada elemento. É, nesse sentido, que o dispositivo é um subsistema.

Em nossa perspectiva, entretanto, o caráter normalizador e de relação entre produção do saber e produção de poder não é apenas um processo endógeno ao dispositivo, mas também exógeno. Considerando o que afirmamos anteriormente, no **dispositivo** ocorrem microinterações que inexistem fora de um **campo de significação e conhecimento**, que o perpassam e o constituem em sua particularidade social. Nesse sentido, as interações que ocorrem dentro do dispositivo são mapas de significação e conhecimento recortados dos possíveis sentidos em produção num campo social.

### ***Bibliografia***

- AUMONT, Jacques. *A Imagem*. São Paulo: Papirus. 1995.
- BERTEN, André. Dispositif, médiation, créativité: petite généalogie. *Le dispositif*. Entre usage et concept. Paris: CNRS editions. 1999. P. 15-23. p. 33-47.
- BOUGNOUX, Daniel. *Introdução às ciências da comunicação*. São Paulo: Edusc, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Le discours d'information médiatique*. La construction du miroir social. Paris: Nathan, 1997.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et discours. éléments de sémiolinguistique (théorie et pratique)*. Paris: Classiques Hachette, 1983.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et société*. Papier de travail. Paris: Maison des sciences de l'homme. 1984.
- CHARTIER, Anne-Marie. Un dispositif sans auteur: cahiers et classeurs à l'école primaire. *Le dispositif*. Entre usage et concept. Paris: CNRS editions. 1999. P. 207-218.
- FERREIRA, Jairo. "Sociedade Informática" e educação. Citelli, Adilson (org). *Outras linguagens na escola*. Editora Cortez, São Paulo, 2000a.
- GOMES, Pedro Gilberto & COGO, Denise Maria. *O adolescente e a televisão*. São Leopoldo: Unisinos, 1998.
- HERT, Phillippe. Internet comme dispositif hétérotopique. Hermes. *Le dispositif*. Entre usage et concept. Paris: CNRS editions. 1999b, P. 93.-107
- HERT, Phillippe. Quasi-oratalité de l'écriture électronique et lien social: la construction du vraisemblable dans les communautés scientifiques. In: *Internet - un nouveau mode de communication?* Paris, Hermes, Réseux, n 97. Paris, 1999a, p. 211-250. Foco: interações comunicacionais.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

---

- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez. 2001.
- MEUNIER, Jean Pierre. Dispositif et théories de la communication: deux concepts en rapport de codétermination. In: *Hermes. Le dispositif. Entre usage et concept*. Paris: CNRS editions. 1999, p. 83-91
- MEUNIER, Jean-Pierre. *Deux modèle de la communication des savoirs*.  
<http://www.comu.ucl.ac.be/RECO/GReMS/jpweb/meunier.htm>, junho/1994/1998.
- MIELNICZUK, Luciana. Interatividade e hipertextualidade no jornalismo online: mapeamentos para uma discussão. GT Jornalismo. Manaus: *Intercom*, 2000. CD-ROM.
- NEL, Noël. Des dispositifs aux agencements télévisuels (1969-1983). *Le dispositif. Entre usage et concept*. Paris: CNRS editions. 1999. P. 131-141
- PEETERS, Hugues et CHARLIER, Philippe. Contributions à une théorie du dispositif. *Hermes. Le dispositif. Entre usage et concept*. Paris: CNRS editions. 1999. p. 15-23.
- PERAYA, D. Le cyberspace : un dispositif de communication et de formation médiatisées, ALAVA S. (Ed.) *Cyberspace et autoformation*, De Boeck, 1999b.
- PERAYA, D. Vers les campus virtuels. Principes et fondements techno-sémio-pragmatiques des dispositifs de formation virtuels, JACQUINOT G. (Ed.), *Dispositifs: ancrage(s) d'un concept, Hermès*, 10, 1999<sup>a</sup>.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Liberdades reguladas. A pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis: Vozes. 1998.
- THOMAS, Fabienne. Dispositifs narratif et argumentatif. *Le dispositif. Entre usage et concept*. Paris: CNRS editions. 1999. P. 219-232.
- VELKOVSKA, Julia e BEAUDOUIN, Valérie. Constitution d'un espace de communication sur Internet (forum, pages personnelles, courrier électronique...). In: *Internet - un nouveau mode de communciation?* Paris, Hermes, Réseux, n 97. Paris. 121-177.
- VERHAEGEN, Philippe. Les dispositifs techno-sémiotiques: signes ou objets? *Le dispositif. Entre usage et concept*. Paris: CNRS editions. 1999. P. 111-130
- VERVILLER, Danielle e LAFRANCE, Jean-Paul. L'art de bavarder sur Internet. In: *Internet - un nouveau mode de communciation?* Paris, Hermes, Réseux, n 97. Paris. 179-209
- WEISSBERG, Jean Louis. Dispositifs de croyznce. *Le dispositif. Entre usage et concept*. Paris: CNRS editions. 1999. P. 169-178